



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

AUDITÓRIO "ELOY CHAVES" - 13 de junho de 2016, às 16h30

Ata da Reunião da Comissão de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (CIMU) da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, realizada aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, com início às dezesseis horas e trinta minutos, no Auditório "Eloy Chaves" (Plenarinho), sob a presidência do vereador Paulo Eduardo Silva Malerba, com a presença dos vereadores membros da comissão, José Carlos Ferreira Dias, Márcio Petencostes de Sousa e Rafael Antonucci, e ainda com a presença da Secretária Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti, da Diretora de Planejamento e Urbanismo, Daniela Colagrossi, do Diretor de Meio Ambiente, Marcelo Pilon, do Coordenador de Projetos Urbanos, Decio Luiz Pinheiro Pradella, das/os técnicas/os Alissandra B. Oliveira, Marília Gontijo de A. Reis, Ana Maria M. R. P. Pires e Marco Antonio Bedin, e da assessora parlamentar Danielle Tega, conforme lista de presença assinada (ANEXO 1). O presidente vereador Paulo Eduardo Silva Malerba apresenta o histórico de reuniões da CIMU com a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente para debater o Plano Diretor Participativo. Destaca que temas relacionados à organização do território já foram amplamente debatidos em encontros anteriores, bem como a necessidade de adequação do novo macrozoneamento com o Decreto Estadual da APA para garantir a preservação das áreas de bacias e mananciais. Observa que assuntos pertinentes à habitação também foram discutidos em reuniões passadas, como as ZEIS 1 e 2 e a localização territorial tanto dessas Zonas Especiais de Interesse Social como das Zonas Especiais de Interesses Específicos, as ZERFIEs 1, 2 e 3, que dizem respeito a loteamentos que necessitam de regularização. Por fim, apresenta a pauta, relacionada a outros temas pertinentes à CIMU, como os loteamentos fechados, a melhoria da mobilidade urbana e oferta de transportes coletivos, a integração entre diferentes modos de transporte motorizados e não motorizados e de melhorias viárias, as normas para construção loteamentos, a utilização do potencial construtivo adicional mediante outorga onerosa, a acessibilidade universal, a prevalência do público coletivo em relação ao privado individual, os eixos do BRT leste/oeste e norte/sul, EIV-RIT, a prioridade da escala de pedestre e as operações urbanas consorciadas. Enfatiza que o novo plano diretor propõe a criação de grupos técnicos envolvendo as secretarias municipais de planejamento, obras e transporte, o que facilitará o diálogo entre as pastas, algo que o Presidente acredita ser um problema atualmente. Cita também a questão da regularização

Rua Barão de Jundiaí, 128 – CEP 13201-010 – Jundiaí – SP - Caixa Postal 183 – CEP 13201-970
Fone: (11) 4523-4505 / 4523-4517 – FAX (11) 4586-2406



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

fundiária no tocante à Lei nº 8375/2015, que altera a Lei nº 358/2002, referente a parcerias entre a Prefeitura e moradores, e pede esclarecimentos sobre esse ponto. Solicita explicações sobre os corredores urbanos, questionando pelos mecanismos capazes de evitar que determinada avenida extrapole o ideal urbano de adensamento previsto. Salaria que é positiva a preservação de miolos de bairro, tal como o novo plano diretor propõe. Por fim, abre para perguntas de demais vereadores presentes. O vereador Rafael Antonucci afirma que a abordagem do presidente da CIMU já era suficiente para os esclarecimentos esperados. O vereador José Dias aponta que há vários núcleos de submoradia espalhados pela cidade e pergunta se há projetos de reurbanização para o bairro São Camilo, abrindo espaços também para áreas de esporte, de comércio e outros temas que favoreçam o desenvolvimento local. O vereador Márcio Petencostes de Sousa expõe dúvidas sobre o EIV, perguntando se a contrapartida é usada na região ou em área diferente do empreendimento que originou o estudo. Após as exposições dos vereadores, o Presidente da Comissão passa a palavra à Secretária Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, que destaca a importância do Plano Diretor para a concepção de uma cidade caminhável a partir de um conjunto de ações que permitem a melhoria em diversos níveis, mesclando os modais de mobilidade ao integrar caminhada, ciclovia e transporte público. A arquiteta Alissandra Oliveira explica que o Plano Diretor prevê, para a expedição de alvará de loteamento, projetos que garantam não apenas a pavimentação de vias e calçadas, mas também a acessibilidade desses passeios públicos, possibilitando, assim, novas condições de mobilidade, além de exigir que edificações destinadas a usos residenciais ou não residenciais possuam bicicletários ou paraciclos, cujos números de vagas variam de acordo com o tipo. Complementa que o alargamento de passeios também está previsto no plano, viabilizando melhor passagem de pedestres nesses locais. Por fim, explica que muitos temas são específicos da Secretaria Municipal de Obras, mas as diretrizes já estão dadas no Plano Diretor. O vereador José Dias sugere a disponibilização de bicicletas para uso da população, e a secretária Daniela da Câmara explica que se trata de um projeto futuro, já que primeiramente é necessário criar um sistema cicloviário eficiente, objetivo que será possível com a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial (FMDT). Em relação ao BRT, a secretária explica que se trata da melhor opção para uma cidade com as características de Jundiaí, pois corta apenas suas vias estruturais. O técnico Marco Antonio Bedin explica que o VLT não seria viável por conta da declividade das vias e do custo elevado para sua implantação. A secretária também esclarece que as operações urbanas consorciadas são mais longas que o EIV e revertem em benefícios nas próprias áreas do empreendimento definido, configurando um



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

instrumento com certa versatilidade. Cita a criação do Núcleo de Desenvolvimento de Projetos, cujo objetivo é elaborar um banco de dados com projetos que possam ser atendidos pela Outorga Onerosa, pelas Operações Urbanas Consorciadas e pelo EIV, três instrumentos previstos no Plano Diretor. Em relação ao EIV, a Diretora de Planejamento e Urbanismo, Daniela Colagrossi, apresenta no notebook um exemplo do estudo, cujas contrapartidas geralmente ocorrem na região de impacto do empreendimento. Sobre a questão fundiária citada pelo presidente, o Coordenador de Projetos Urbanos, Decio Luiz Pinheiro Pradella, observa que a parceria com a prefeitura só será feita em casos de Interesse Específico quando esses possuírem características muito próximas aos tratados como Interesse Social. Destaca que, dentro das ZERFIEs, muitos lotes são de médio e alto padrão, e a responsabilidade dos custos deve ser, portanto, do loteador/proprietário. O presidente vereador Paulo Eduardo Silva Malerba posiciona-se favoravelmente a essa proposta, dizendo ser questão de justiça social, pois bairros com população de baixa renda são aqueles que devem receber a parceria com a prefeitura. A secretária explica que atualmente a compensação resultante de loteamentos irregulares retorna para o próprio empreendimento, mas o novo plano prevê regras mais claras e controle mais específico ao adotar como critério o investimento em áreas mais vulneráveis. Sobre loteamentos fechados, explica a diferença entre o plano diretor vigente, que prevê, ainda que a título precário, a possibilidade de novos loteamentos adotarem a forma fechada, e o projeto de lei do novo plano diretor, que não apresenta mais essa figura. Observa, ainda, a exigência de projetos de arborização das vias e passeios, ou previsão de arborização das áreas permeáveis, dependendo da modalidade dos empreendimentos ou loteamentos. Antes de finalizar a reunião, o Coordenador de Projetos Urbanos, Decio Luiz Pinheiro Pradella, explica que a preocupação com a mobilidade é estrutural em toda a proposta do Plano Diretor, da configuração do zoneamento à escala do território; do adensamento populacional à questão viária e de vias coletoras. A reunião é encerrada pelo Presidente às dezoito horas e trinta minutos. Para registro, lavra-se esta ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão de Infraestrutura e Mobilidade Urbana da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Jundiaí (2015/2016):

Presidente vereador Paulo Eduardo Silva Malerba _____;
vereador José Adair de Souza _____;
vereador José Carlos Ferreira Dias _____;
vereador Márcio Petencostes de Souza _____ e
vereador Rafael Antonucci _____



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

ANEXO 1
REUNIÃO ORDINÁRIA – 13 DE JUNHO DE 2016

LISTA DE PRESENÇA

Membros

Presidente Ver. Paulo Eduardo Silva Malerba _____

Ver. José Adair de Souza _____

Ver. José Carlos Ferreira Dias _____

Ver. Márcio Pentecostes de Souza _____

Ver. Rafael Antonucci _____

Demais participantes

1. Marcelo B. Boni SMPMA/DMA
2. Alessandra B. Oliveira SMO/PMJ
3. Marília Gontijo de A. Reis SMPMA/DEPLAN
4. Ana Maria M. R. P. Pires SMPMA/Meio Ambiente
5. MARCO ANTONIO BOTIN SMPMA/DEPLAN/DPV
6. DEPTO WIL P. PRADILLA SMPMA
7. Daniela Colagrossi
8. Daniela da Câmara Sull
9. Danielle Segga
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____